

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Pregão Eletrônico: 21/2024

Processo: 661/24

Impugnante: Portes Advogados Associados S/C

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de operação e gerenciamento de Central de Atendimento ao Consumidor, atendimento em PABX digital e Programação de Serviços, a serem executados de forma contínua.

01. DAS PRETENSÕES DA IMPUGNANTE

A **Portes Advogados Associados S/C**, oferece impugnação ao edital de pregão eletrônico que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de operação e gerenciamento de Central de Atendimento ao Consumidor, atendimento em PABX digital e Programação de Serviços, a serem executados de forma contínua.

Dentre os ajustes pleiteados para o instrumento de convocação, salienta-se:

a) **Quanto ao local da execução:**

Que a disposição para os serviços serem executados nas dependências da contratante revela-se desarrazoada e contrária aos princípios que regem os processos licitatórios;

Que os serviços utilizam as mesmas tecnologias de comunicação, seguem protocolos semelhantes de atendimento ao cliente e envolvem o gerenciamento de equipes e sistemas de teleatendimento, que são diretamente aplicáveis ao objeto licitado;

Que não há justificativa para a exigência de que os serviços sejam prestados presencialmente na sede da contratante, uma vez que os serviços requisitados são exclusivamente de atendimento à distância (call center, atendimento em PABX e programação de serviços;

Que a qualidade de prestação dos serviços à distância pode facilmente ser controlada pelas tecnologias contemporâneas.

b) **Quanto à eleição do foro:**

Que a eleição do foro não pode ser imposta de forma unilateral em um contrato administrativo, especialmente em processos licitatórios que envolvem a participação de empresas de diversas localidades, sob pena de ferir princípios fundamentais que



regem a administração pública, tais como a isonomia e a razoabilidade;

Que a imposição do foro de Americana/SP, com exclusão de qualquer outro, pode causar um desequilíbrio entre os participantes, privilegiando aqueles que possuem maior proximidade geográfica com o foro eleito o que pode dificultar o acesso à justiça para empresas de outras localidades, comprometendo o princípio da isonomia que rege os processos licitatórios;

02. DA ANÁLISE

I. QUANTO À TEMPESTIVIDADE

Acerca da tempestividade da oferta da impugnação, vale considerar o expresso no artigo 164 da lei 14.133/21, bem como do item 11 do edital de convocação que respectivamente se transcreve:

“ART. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.”

“11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico do pregão ou pelo e-mail indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

11.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação e no sistema eletrônico do pregão, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos



não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame”

Assim, considerando que a sessão do certame em comento está prevista para o dia 11 de outubro de 2024, às 08:35 através da plataforma www.novobbmnet.com.br, entende-se que tempestiva a peça de inconformismo. Observa-se que o documento fora encaminhado no e-mail do órgão licitante e não se encontra disponível na plataforma competente, como se denota:



Todavia, o edital permitia o encaminhamento de pedidos de esclarecimentos e impugnações também através do e-mail compras@daeamericana.sp.gov.br

II. QUANTO AO MÉRITO

II.a.Quanto ao local da execução

Aduz a impugnante que a execução dos serviços nas dependências da contratante restringe a competitividade e desprestigia empresas com instalações distantes da sede da promotora ferindo o princípio da competitividade.

No entanto, em que pese as alegações da impugnante, nos cabe esclarecer que o referido princípio tem em sua essência o objetivo de atrair maior número de licitantes/concorrentes, possibilitando assim que a Administração Pública obtenha a mais vantajosa possível das propostas, para tanto, trazer no edital de convocação elementos passíveis de despertar o interesse no maior número de fornecedores se faz tarefa da Administração e isso depende de não prever exigências que restrinjam a competitividade, **mas que proporcionem à Administração a seletividade da aquisição que melhor reflita o interesse público e que atenda às necessidades que originaram o processo licitatório.**

Quanto maior o universo de fornecedores determinados em contratar com a Administração Pública, maior também será a possibilidade dessa autarquia atender fielmente seu objetivo de contratação. Nesse sentido nos leciona o DD. Magistério de Joel Mendes Niebuhr:



*“A densidade normativa do princípio da competitividade se revela ao impor limites às formalidades e às exigências formuladas em edital de licitação pública. **É que as formalidades e as exigências não podem ser exacerbadas a ponto de impedir a participação daqueles que tenham condições de contratar com a Administração Pública.** Ou seja, as formalidades e as exigências descabidas, que não guardam justificativa ou utilidade agridem ao princípio da competitividade. É que ao proceder dessa maneira, impede-se que particulares em condições de satisfazer o interesse público participem da licitação. **A participação em licitação pública deve ser franqueada a todos os interessados que demonstrem condições de cumprir o objeto licitado, sem que se permita incluir nos editais cláusulas ou condições que frustrem o princípio da competitividade, essencial para todos os certames.**”¹ (grifos e negritos nossos)*

Temos que a execução dos serviços nas dependências da entidade autárquica é o que melhor satisfaz o interesse público nesse momento, não havendo viabilidade para que diversamente se proceda.

Os serviços são ofertados há mais de 15 (quinze) anos, de forma a atender às demandas da comunidade de Americana a contento, visto que a excelência da referida prestação é marca registrada da contratante. A execução no formato pretendido promove segurança e confiabilidade na prestação dos serviços, ademais a autarquia conta com todo suporte e estrutura para a continuidade das operações, que, repita-se, estão presentes no seu cotidiano há mais de uma década.

Assim, ao estabelecer os critérios para a contratação, o edital deve refletir como de fato cristalina está, o bem que efetivamente satisfaz ao Interesse Público para o certame pretendido. Ao trazer as especificações que de fato satisfará as necessidades da contratante, todos os licitantes igualmente devem atender ao disposto no instrumento convocatório.

Não há que se falar na execução dos serviços a serem contratados em local diverso das instalações da contratante, visto que esta dispõe de toda a estrutura capaz de

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. “Licitação Pública e Contrato Administrativo” 6ª edição revista e ampliada, pág. 98



proporcionar à população o que for necessário de modo a satisfazer às demandas necessárias.

Portanto, não assiste razão a impugnante, vez que a especificação dos serviços se circunscreve ao poder discricionário.

Ademais, as especificações e forma de execução dos serviços, tal como descrito no Edital do Pregão Eletrônico nº 21/2024, é a mesma utilizada pela Administração nas licitações anteriores, sem quaisquer questionamentos acerca das especificações dos mesmos.

II.b.Quanto à eleição do foro

A impugnante manifesta inconformismo ainda quanto à eleição do Foro da Comarca de Americana para dirimir quaisquer avenças provenientes da relação contratual, conforme disposto no edital:

“CLAUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO (art. 92, §1º)
26.1. É eleito o Foro da Comarca de Americana para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.”

Observa-se à letra do dispositivo legal:

“Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

...

§ 1º Os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as domiciliadas no exterior, deverão conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;

II - contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no



exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;

III - aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

Como se denota, há previsões específicas para que a eleição do Foro seja diversa da Comarca onde a Administração Pública se encontra estabelecida, e a impugnante não se enquadra em quaisquer das premissas estabelecidas pela legislação regente. A verticalidade inerente à contratante lhe assiste tal prerrogativa, visto ser uma das normas condutoras à concretização da Supremacia do Interesse Público.

A doutrina mais recente, assim leciona:

“Por fim, vale lembrar que as prerrogativas extraordinárias da Administração independem da previsão contratual, pois decorrem da própria lei².”

O Princípio da Supremacia do Interesse Público, abarca a pretensão da autarquia no sentido de resguardar sua discricionariedade e assegurar uma contratação que reflita de fato as necessidades não apenas da Administração Pública, mas da população como um todo, de modo que as pretensões da impugnante caem por terra ante os Princípios regentes das contratações públicas, enumerados pelo artigo 5º da NLLC. A harmonia entre os princípios faz prevalecer imperiosamente a discricionariedade administrativa na incessante busca pela contratação mais vantajosa.

Conclui-se facilmente ainda que ambos os pontos de inconformismo não visam restringir a participação de possíveis licitantes, mas apenas asseverar a busca pela solução que melhor atende às necessidades da autarquia.

Ante o exposto, e com base dos argumentos apresentados, conheço da impugnação interposta por **PORTES ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**, e no mérito a **TENHO COMO IMPROCEDENTE**, no sentido de manter as disposições do edital na integral, bem como inalterada a data e hora anteriormente designadas para a sessão.

Americana, 08 de outubro de 2024.

**Márcia Novetti
Pregoeira**

² TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Leis de Licitações Públicas Comentadas*. 14ª ed. Pág. 603

